

Editorial

Mobilidade Transatlântica na Nova Geopolítica do Conhecimento: (Inter)Dependências na Educação Superior Brasil/Portugal

Transatlantic Mobility in the New Geopolitics of Knowledge: (Inter)Dependencies in Higher Education Brazil/Portugal

Marcelo Parreira do Amaral^[a], Tiago Neves^[b] & Sofia Marques da Silva^[b]

^[a] Universidade de Münster, Münster, Alemanha.

^[b] CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

A mobilidade académica entre o Brasil e Portugal sempre foi um tema de interesse para os/as investigadores/as do ensino superior em ambos os lados do Atlântico. Até à fundação das primeiras instituições de ensino superior (IES) no Brasil, Portugal foi o principal destino de formação académica superior (Cunha, 2007). No final do século XX, o número de estudantes e membros do corpo docente que realizaram intercâmbios internacionais aumentou exponencialmente, e ambos os países investiram na promoção e no financiamento da mobilidade internacional, com vista a proporcionar novas experiências e conhecimentos (acordos bilaterais e multilaterais, programas internacionais e protocolos institucionais). Mais recentemente, com um foco maior na internacionalização do ensino superior, o intercâmbio internacional de estudantes, professores/as e investigadores/as recebeu ainda mais atenção. Ao mesmo tempo que o intercâmbio académico foi promovido como uma modalidade de estudos com pluralidade de pensamentos, tendências científicas e visões do mundo, contribuindo para a formação de cidadãos/ãs com uma perspetiva global, a mobilidade internacional também passou a ser vista como uma fonte de rendimento para as IES e como um investimento nacional (económico e de *soft power diplomacy*; Li, 2018).

A nível internacional, a investigação no domínio da educação, principalmente no ensino superior, tem-se dedicado ao tema, contribuindo para o debate sobre esta nova forma de intercâmbio internacional de cariz mais económico e instrumental (Rizvi, 2019). No entanto, o tema tem recebido menos atenção numa perspetiva crítica da comercialização da educação e, sobretudo, numa perspetiva decolonial/pós-colonial (Mignolo, 2002; Reiter, 2018). Ainda assim, nos últimos anos, a investigação comparativa sobre o ensino

superior proporcionou discussões profícuas sobre essas transformações, tendo sido cunhado o termo ‘*geopolítica do conhecimento*’ (Parreira do Amaral & Thompson, 2022). Este termo relaciona duas perspectivas sobre o tema: por um lado, o interesse comercial no ensino superior internacional e, por outro, a necessidade de superar antigas estruturas e práticas coloniais, e combater novos tipos de dependência.

A *Nova Geopolítica do Conhecimento* “refere-se à integração do ensino superior na imaginação e nos cálculos de diferentes agentes, com o objetivo de afirmar e/ou melhorar as suas posições na economia global baseada no conhecimento” (Parreira do Amaral, 2022, p. 36). O termo também faz referência a uma discussão do início da década de 1990, na qual vários/as estudiosos/as se referiram à ‘*geopolítica do conhecimento*’ para criticar o que alguns caracterizaram como uma “crítica eurocêntrica da modernidade” (Dussel, 1993; Mignolo, 2002). Segundo Walter Mignolo, a expansão planetária do capitalismo ocidental implicou também a expansão da epistemologia ocidental e, conseqüentemente, das ciências sociais. A partir desta perspectiva, torna-se necessário examinar se e como as estruturas de intercâmbio internacional no ensino superior podem estar a manter e/ou a criar novas estruturas e práticas coloniais.

Devido aos vínculos históricos que marcaram a formação sociocultural de ambos os países, a mobilidade transatlântica entre o Brasil e Portugal oferece-nos a oportunidade de compreender de forma expressiva as heranças e os atuais desafios da educação superior, tendo como referência a nova geopolítica do conhecimento. Nesta secção, são apresentados três artigos que discutem diferentes aspetos relativos à continuidade e ruturas com estruturas e práticas coloniais no ensino superior. Em “O Ensino Superior na Nova Geopolítica do Conhecimento: O Surgimento da Universidade *Missão | Negócio?*”, Marcelo Parreira do Amaral propõe uma reflexão crítica sobre as transformações contemporâneas do ensino superior. Para tal, recorre à distinção *missão | negócio* como dispositivo analítico à luz do qual analisa a missão atual da universidade. O artigo analisa as três missões universitárias tradicionais (investigação, ensino e extensão) no contexto da nova geopolítica do conhecimento, demonstrando como a “projectificação” da investigação, a mercantilização do ensino e a instrumentalização da mobilidade internacional reproduzem estruturas neocoloniais.

A originalidade da proposta apresentada reside na utilização da *Sheffer stroke* (|), que denota uma operação lógica que equivale à negação da operação de conjunção, expressa em linguagem corrente como “não ambos”. Aplicada aos termos “missão” e “negócio”, esta operação lógica sugere que, quando ambos coexistem, pelo menos um é negado, criando tensões que podem neutralizar tanto a formação e desenvolvimento individuais (a “missão”) quanto as mais-valias para a sociedade (o “negócio”). Em consequência, o autor argumenta a necessidade de ir além das críticas convencionais ao capitalismo académico e à mercantilização, questionando se universidade não estará a transformar-se numa *universitas negotiorum*, que oferece uma ferramenta analítica inovadora para compreender as contradições da universidade contemporânea e imaginar alternativas mais justas para o futuro do ensino superior. O autor conclui indicando a necessidade de recuperar o ensino superior como forma pedagógica de reflexão pública e coletiva, incluindo pensar e implementar processos de descolonização.

Por sua vez, em “Mobilidade Transatlântica e Estudos Indígenas: Uma Análise das Teses em Portugal”, Kénia Silva e as suas coautoras analisam a mobilidade académica transatlântica no campo dos estudos indígenas, com foco nas teses de doutoramento produzidas em Portugal entre 2013 e 2023. Através de uma revisão sistemática de 30 teses identificadas em repositórios científicos portugueses, as autoras investigam como é que os saberes indígenas têm sido abordados, representados e integrados na produção científica, bem como o modo pelo qual a circulação de investigadores/as entre Brasil e Portugal tem influenciado a produção científica neste campo.

A originalidade do estudo reside na articulação entre três eixos analíticos – mobilidade transatlântica, saberes transfronteiriços e perspectivas críticas e emergentes – que permitem problematizar tanto a circulação de epistemologias indígenas entre Brasil e Portugal quanto os limites da academia na efetiva descolonização do conhecimento. Os resultados revelam um crescimento significativo das colaborações luso-brasileiras, com 13 das 30 teses desenvolvidas em parceria institucional e apoiadas por agências de financiamento da ciência. Observa-se também uma crescente adoção de referenciais teóricos decoloniais e metodologias colaborativas, evidenciando tentativas de valorização das epistemologias indígenas. Contudo, verifica-se a continuada ausência de autoria indígena, bem como a tendência para enquadrar os saberes indígenas em quadros de referência ocidentais. Neste contexto, artigo conclui que, embora a mobilidade transatlântica promova a circulação de conhecimentos, a verdadeira descolonização do saber exige transformações estruturais que posicionem os povos indígenas como sujeitos epistémicos ativos e não como meros objetos de estudo.

Em “Experiências de Estudantes do Brasil no Ensino Superior Português: Dimensões de um Despertar Descolonial”, Rovênia Borges investiga o processo do “despertar descolonial” de estudantes brasileiros no ensino superior português, analisando como as experiências de mobilidade na ex-metrópole colonizadora contribuem para uma consciência crítica sobre racismo, eurocentrismo e capitalismo. Alicerçada na crítica decolonial latino-americana, a autora conceptualiza estas três dimensões como componentes do padrão de poder mundial moderno iniciado com o colonialismo ibérico no século XVI. A investigação empírica envolveu 394 estudantes brasileiros/as que frequentaram o ensino superior português entre 2012–2020, período no qual se intensificaram os fluxos migratórios estudantis do Brasil para Portugal. A análise dos dados, desenvolvida com claras preocupações interseccionais, revela a existência de diferentes formas de colonialidade no cotidiano universitário português. O estudo evidencia que a vivência da mobilidade internacional opera como zona de contacto geradora de reflexividade crítica, especialmente entre estudantes negras, mas também entre estudantes brancos de origem privilegiada.

O artigo articula de forma pertinente a teoria da colonialidade do poder e a metodologia interseccional, enfatizando a raça como categoria analítica. A autora conclui que, embora o despertar descolonial ocorra de formas diversas, ele é partilhado por diferentes perfis sociais e raciais, sendo o lugar de origem – o Brasil enquanto ex-colónia – um marcador fundamental na perceção da colonialidade vivida. O artigo contribui, assim, para o debate sobre as relações entre a internacionalização do ensino superior e a (in)justiça epistémica.

No âmbito das contribuições externas a este dossier temático, o artigo “O que É uma Escola Racialmente Justa?”, de Jorge Felipe Marçal e Thiago Ranniery, propõe uma discussão e questionamento teórico em torno da justiça escolar e, especificamente, sobre a possibilidade de uma justiça racial na escola. Apoiando-se em contributos da teoria crítica, do feminismo negro e da filosofia política para abordar aspetos como o racismo estrutural e a sua integração na estrutura educacional, este artigo interroga-se sobre o lugar social da escola. O artigo situa e analisa diferentes medidas e políticas que, no contexto do Brasil, têm procurado contribuir para uma maior justiça e mitigar efeitos sociais e educacionais do racismo, apontando aspetos por resolver, como a permanência estudantil numa escola ainda orientada por princípios meritocráticos. Neste alinhamento, os autores expandem a sua discussão para um conjunto de propostas no sentido de ultrapassar as limitações das medidas que têm sido desenvolvidas, realçando quer a importância de uma ação coletiva no processo de construção de uma escola mais justa, nomeadamente a nível curricular, quer o relevo de mobilizar o que consideram como arsenal de racialidade para equacionar uma escola racialmente justa.

O texto da autoria de Thyene Bürkle, Preciosa Fernandes e Angélica Monteiro dá conta dos resultados de uma revisão da literatura sobre as experiências formativas e o seu impacto na vida pessoal, social e profissional de estudantes adultos/as. Intitulado “Acesso e Experiências de Estudantes Adultos ‘Maiores de 23’ no Ensino Superior Português: Uma Revisão da Literatura”, o artigo junta-se a uma literatura consolidada que tem discutido o Ensino Superior como um contexto ainda pensado para os “herdeiros”, mesmo num contexto de crescente diversidade na população estudantil, focando-se na especificidade de estudantes adultos/as que ingressam no Ensino Superior através do concurso maiores de 23. A revisão da literatura sistematiza o que tem sido estudado sobre este tema e permitiu produzir conhecimento sobre o perfil dos/as estudantes do Ensino Superior, nomeadamente os não-tradicionais, sobre as motivações intrínsecas e extrínsecas que levam a população em análise a voltar a estudar, bem como sobre o significado desta experiência formativa. Este trabalho aponta ainda lacunas na literatura e a necessidade de explorar melhor as implicações sociais e profissionais da obtenção de um diploma.

Financiamento: Este trabalho foi parcialmente apoiado por fundos nacionais da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. através do financiamento plurianual do CIIE (UIDB/00167/2020; UIDB/00167/2020; e UID/00167:Centro de Investigação e Intervenção Educativas).

Referências bibliográficas

- Cunha, Luiz A. (2007). *A universidade temporã: O ensino superior da colônia à era de Vargas* (3.^a ed.). UNESP.
- Dussel, Enrique D. (1993). Eurocentrism and modernity (Introduction to the Frankfurt lectures). *Boundary 2*, 20(3), 65–76. <https://doi.org/10.2307/303341>
- Li, Jian (2018). *Conceptualizing soft power of higher education: Globalization and universities in China and the world*. Springer.

- Mignolo, Walter D. (2002). The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, 101(1), 57–96. <https://doi.org/10.1215/00382876-101-1-57>
- Parreira do Amaral, Marcelo (2022). Imagining and transforming higher education. Knowledge Production in the New Geopolitics of Knowledge. In Parreira do Amaral, M., & Thompson, C. (Eds.), *Geopolitical Transformations in Higher Education. Imagining, Fabricating and Contesting Innovation*. Cham: Springer International Publishing, pp. 35–51.
- Parreira do Amaral, Marcelo, & Thompson, Christiane (Eds.). (2022). *Geopolitical transformations in higher education: Imagining, fabricating and contesting innovation*. Springer.
- Reiter, Bernd (Ed.). (2018). *Constructing the pluriverse: The geopolitics of knowledge*. Duke University Press.
- Rizvi, Fazal (2019, October 12). *Marketisation weakens the public diplomacy role of HE*. University World News. <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20191008095311915>